

## PROCESSOS DE TRABALHO E RELAÇÕES DE PODER NO CARAJÁS<sup>1</sup>

*Edna Castro*

### MUDANÇAS SOCIAIS, INDUSTRIALIZAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO

O presente texto tem como objetivo problematizar alguns pontos referentes à relação entre mudanças sociais e trabalho tomando como referência o que vem ocorrendo na região do Programa Grande Carajás (Amazônia). As observações empíricas aqui tratadas se referem a algumas das cidades que sofreram fortes impactos devido à instalação de projetos indústrias e de serviços do PGC, entre elas Marabá, Tucuruí e Parauapebas no Estado do Pará e de Açailândia no Estado do Maranhão. São espaços redesenhados pela Política de Incentivos Fiscais da Sudam e da Sudene nas décadas de 60 e 70, pela instalação de grandes projetos na década de 80, pela exploração madeireira e pecuária e marcados por intensa penetração de migrantes de origem rural oriundos sobretudo de áreas de tensão e conflitos em outras regiões do país.

Os processos de mudanças podem ser identificados pelas rupturas nos modos de vida e nas concepções sociais e pelo aparecimento de elementos novos no sistema de valores. As intensas transformações na região estudada configuram-se como tal, destacando-se como um dos resultados a recomposição do campo político pelas ações de diferentes atores e a intensificação de conflitos sociais. Os processos em curso e as condições pelas quais indivíduos e grupos foram atingidos por formas diversas, constituíram um campo de reelaboração de novas relações sociais, de aprendizagem e recriação de práticas coletivas. Dos diferentes lugares sociais em que os atores se encontram e de suas relações no processo de mudança se rearticula a experiência

---

<sup>1</sup> Este artigo foi escrito no quadro da Pesquisa “Exploração Mineral na Amazônia e Transformação nas Relações de Trabalho” desenvolvido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA, com apoio do CNPq, Fundação Ford e Centre de Recherches pour le Développement International (CRDI). A elaboração deste projeto beneficiou-se ainda dos debates ao interior do GT “Relações de Trabalho & Relações de Poder” reunidos de 1989 a 1991 no quadro de Universidades do Norte/Nordeste do Brasil.

social e os modos diversos de incorporação e participação nessas transformações sociais. A perspectiva aqui esboçada se funda no reconhecimento do papel político que os trabalhadores passam a desempenhar na estruturação das relações de poder na área estudada.

Essa problemática de mudança social é examinada neste artigo sob duas óticas. A primeira procura analisar as relações sociais enquanto relações de poder, interrogando sobre os processos de diferenciação social configurados no mercado formal do emprego. É indispensável buscar nas relações sociais os elementos chaves da divisão da sociedade, da hierarquização e de suas distinções sociais, chamando atenção também para as diferenças na divisão sexual do trabalho enquanto relações de poder, visíveis no mundo do trabalho.<sup>2</sup>

Para entender os processos em curso é necessário levar em conta certas dimensões e particularidades do mercado de trabalho local. Primeiro, trata-se de uma região de fronteira industrial<sup>3</sup>, cujos novos empreendimentos (agro-industriais, industriais, serviços) representam o alargamento da relação salarial e a presença de novas formas de regulação no mercado de trabalho. Estes influenciam nas estratégias de fixação da mão-de-obra que transita nessa “fronteira” em busca de possibilidades de trabalho menos provisórias. Isso tem provocado processos de recomposição social e política originais, como é exemplo não apenas a sindicalização, mas a luta conduzida a nível do município por segmentos populares que estiveram sempre excluídos da “ordem da coisa pública”. Por outro lado, esse mercado evolui também pela forte presença do Estado - através dos empreendimentos estimulados direta ou indiretamente pelo PGC - e pelos interesses das empresas de ramos variados que se instalam e interferem em sua regulação.

O exame sobre as estruturas produtivas emergentes e o recrutamento de trabalhadores para o mercado formal do emprego - homens e mulheres - na região do sudeste do Pará e Pré-Amazônia maranhense tem mostrado a formação de um mercado de trabalho com caráter marcante no emprego precário, alternando processos apenas aparentemente divergentes, de absorção da mão-de-obra em dados momentos e *picos* de trabalho e exclusão, marginalização em outros. A ampliação

---

<sup>2</sup> As relações de sexo não podem ser vistas como dados naturais, embora elas sejam supostamente compreendidas como algo banal do cotidiano. Não se trata de perceber as relações de sexo como dadas, “naturais” e por isso mesmo imutáveis. (Guillaumin). Essa noção está ideologicamente associada à mulher, e tem conduzido à naturalização das relações de dominação de sexo estruturada ao sistema hierárquico e ideológico de poder da sociedade, reproduzida historicamente. A associação de um determinado grupo ou de uma certa condição social (sexo, raça, etnia) à natureza, pela própria compreensão desta como “objeto de dominação”, implica que o sistema de poder atribua aos dominantes uma dupla “legitimação” do exercício da dominação.

<sup>3</sup> Fatiha Hakiki-Talahite - *Activité Feminine et Processus d'individuation dans le tiers monde*. In. *Les Rapports Sociaux de sexe: Problématiques, Méthodologies; Champs d'analyses*. Actes de la Table Ronde Internationale. APRE. Cahiers n° 7. avril/mai, 1987

do mercado tem-se dado também pela diversificação da estrutura ocupacional cujo exame permite listar um perfil das ocupações em expansão e como o recrutamento constrói suas crivagens em função da demanda no mercado.

A segunda ótica sobre as mudanças é construída a partir da análise dos movimentos sociais enquanto espaço possível de construção de identidades de trabalhadores. A análise sobre as diferenças étnicas, de classe, de gênero esclarecem e vizibilizam as relações de poder. A questão colocada pelos movimentos de mulheres ao interior das organizações políticas e a necessidade teórica de desconstrução de relações tidas como “naturais” que reforçam uma dominação masculina, são exemplos a examinar. Essas experiências das lutas contemporâneas de mulheres na Amazônia trazendo ao claro traços de identidade remetem a processos de construção da individuação, de tornar-se indivíduo no sentido de se afirmar como pessoa e não apenas coletivo (família, associações de naturezas diferentes, sindicato etc...). Inúmeros estudos chamaram atenção à articulação entre indivíduo e coletivo procurando mostrar como o indivíduo passa a integrar um coletivo por intermédio de uma luta, afirmando sua individualidade ainda que no âmbito de um espaço de cumplicidade coletiva. Kaufmann discute o sentido da subjetividade e mostra que o processo de recomposição, de reconstrução da identidade de um grupo qualquer se dá num nível evidentemente profundo, do sensível, do inconsciente. É importante registrar como preocupação de pesquisa, ainda que não seja aprofundado neste artigo, essa compreensão de nível micro, do que é ser homem, ser mulher (do que é ser trabalhador: siderúrgico, lavadeira, vendedora, quebradeira de coco de babaçu, prostituta, pescador, garimpeiro) e interrogar sobre a possibilidade ou não de desenvolvimento dos processos de individuação em momentos intensos de luta e mudanças sociais, a exemplo dessa região estudada<sup>4</sup>.

### ESTRUTURA PRODUTIVA E MERCADO DE TRABALHO

A compreensão das mudanças nessa região passa pela caracterização dos sistemas de produção ali implantados e a análise sobre o regime de trabalho assalariado. A questão é saber o que é novo (setores, ramos, empresas e ocupações) e como se comportam as antigas estruturas de produção. Importa captar a dinâmica sócio-econômica a partir das ações e reações encadeadas, identificar atores e agentes presentes e formas de interação que eles vivenciaram individual e coletivamente.

De todos os programas governamentais montados na Amazônia, nessas três últimas décadas, o Grande Carajás<sup>4</sup> se distingue dos outros pelo montante de

---

<sup>4</sup> A noção de “fronteira” tem sido objeto de debate polêmico no contexto das análises sobre as relações sociais e políticas no meio rural (fronteira agrícola). Neste texto o termo é utilizado para designar o espaço onde as relações sociais (no campo do trabalho e fora dele) são transformadas pela presença de múltiplos atores e incorporando em alguns casos processos industriais novos.

investimentos, sob diferentes formas de aportes de capital: do Estado, públicos e privados, nacionais e internacionais. A concepção tenocrática de “pólos de desenvolvimento” respaldou a idealização sobre mudanças e modernização por parte de atores externos à região. Estruturaram ações pela via de uma geo-política de “pólos”: florestal, agro-industrial, madeireiro, mineral, siderúrgico, papel e celulose. É também o programa que apresenta maior pretensão territorial, atendendo seu objetivo de diversificação setorial em sub-programas e em projetos<sup>5</sup>. Contrariamente às políticas governamentais dos anos 60 e 70 nessa região, que dava prioridade à exploração da madeira e do gado, o Estado vai garantir nos anos 80 os interesses do setor industrial. A descoberta de riquezas minerais acelera as negociações e a aceitação dos primeiros projetos industriais no setor mineral: Projeto Ferro Carajás (ferro), Mineração Rio do Norte (bauxita), Albrás e Alumar (alumínio-alumina), e outros projetos da CVRD tais como os de manganês, de cobre e de ouro.<sup>6</sup>

A análise mostra que essas empresas interferiram na organização do mercado de trabalho diversificando-o segundo setor e ramos de atividades, ocupações, qualificações, salários, políticas empresariais e gestão da mão-de-obra. Esses empreendimentos ao se implantarem com relativa concentração geográfica e num lapso de tempo reduzido, concentraram igualmente os impactos econômicos e sociais sobre o mercado de trabalho urbano e rural. As atividades econômicas com base no trabalho familiar continuaram porém a ser expressivas não somente pela alta ocupação de trabalhadores mas também pela quantidade da produção local.

A mobilização de mão-de-obra em direção à Amazônia Oriental é seguramente anterior aos grandes projetos minerais. Desde fins dos anos 60, houve intensos fluxos migratórios sobretudo por camponeses expulsos da terra em outras regiões do país onde a modernização do campo empurrou em processo contínuo trabalhadores e famílias em direção à Amazônia. Nesse sentido há um deslocamento espacial da pobreza e da exclusão social. Os programas de colonização acabaram por intensificar esse processo. O estímulo proveniente dos incentivos fiscais às empresas, orientou por outro lado, a expansão do capital em direção ao norte. Esses investimentos e os fluxos migratórios contribuíram à expansão do mercado de trabalho assalariado e definiram as bases de sua constituição.

Os novos processos de trabalho exigiram diversificação da estrutura produtiva e do perfil ocupacional da mão-de-obra, provocando a ampliação do regime assalariado.

---

<sup>5</sup> O Programa Grande Carajás foi oficializado em 1980 pelos Decretos-Leis nº 1.813 (24/11) e nº 1.825 (22/12)

<sup>6</sup> Desenvolvemos essa questão no artigo: CASTRO, Edna & Acevedo, Rosa: “Amazônia Oriental: Territorialidade e Meio Ambiente. In: LAVINAS, L; CARLEIAL, L. e NABUCO, R. Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Hucitec, 1993.

Comparado com a situação nacional, a expansão do assalariamento na Amazônia provavelmente não apresenta importância na alteração dos dados nacionais agregados, se examinados do ponto de vista quantitativo de sua população ou da participação regional no PNB. Mas, do ponto de vista local, esclarece sobre a emergência de uma outra dinâmica em zonas de recente ocupação industrial e sobre as diferenças intra e inter-regionais. Provavelmente a observação sobre a participação de homens e mulheres nesse processo, os novos lugares que ocupam nos sistemas de produção podem elucidar dimensões das formas atuais de exclusão social.

O conjunto da mão-de-obra do PGC é formada de homens e mulheres, sobretudo jovens provenientes de vários estados e regiões do país. Como vimos anteriormente, o perfil do recrutamento se orienta sobretudo por uma demanda de mão-de-obra masculina. Os setores dinâmicos do ponto de vista do mercado de trabalho formal e portanto da expansão do emprego tem sido: construção civil, indústria madeireira, mineração e siderurgia e garimpo.

Os ramos da construção civil e das serrarias contribuíram de forma expressiva na etapa inicial de formação do mercado de trabalho urbano em Marabá, Tucuruí, Parauapebas e Açailândia. A partir de meados dos anos 70 registrou-se a implantação de grandes obras de infra-estrutura, tais como estradas, portos, ferrovias, distritos e parques industriais, terminais para abastecimento de petróleo e derivados e a usina hidrelétrica de Tucuruí. Essa dinamização no setor de construção civil articula formas de recrutamento de mão-de-obra. Para muitos trabalhadores, operários de primeira geração, é o início de sua trajetória de assalariamento. Algumas cidades, pela confluência rodo-ferroviária, tornam-se bolsão de emprego e lugar de agenciamento de trabalhadores para outros municípios circunvizinhos, casos de Açailândia e Marabá. Parte dela acabou por se fixar em acampamentos próximos às obras, como Açailândia que surge de um acampamento da Rodovia Belém-Brasília e Parauapebas de um ponto de recrutamento de trabalhadores à construção do Projeto Ferro Carajás. Em cidades de antiga ocupação - Marabá e Tucuruí - a população foi consideravelmente aumentada em espaço reduzido de tempo. Os fluxos de oferta e demanda de mão-de-obra se alteram, tanto pela quantidade como pelo perfil ocupacional, embora com demanda marcadamente masculina. Igualmente, nos processos de trabalho na atividade de garimpo, são trabalhadores do sexo masculino.

Formados como resultado de decisões tomadas no âmbito do Programa Grande Carajás, as usinas de ferro-gusa começam a se instalar em 1987 em cidades localizadas ao longo da Estrada de Ferro Carajás e constituem-se como empreendimentos de médio porte. O PGC representa um modelo de intervenção - enquanto conjunto de projetos integrados - cuja concepção remete a dois objetivos: articular as estratégias do Estado às empresas, de um lado, e ligar de forma metódica as atividades

do setor primário (mina, madeira, gado, agricultura e reflorestamento) aos sistemas industriais, de outra parte.<sup>7</sup>

A orientação dos trabalhadores é sobretudo em direção ao emprego formal que se evidencia pela decisão tomada por muitos deles em modificar trajetórias de vida e de atribuir prioridades à escolha de se fixar naquelas zonas urbanas próximas de empresas que realizam recrutamento importante e mantém certa regularidade de funcionamento nesse mercado. As atividades urbanas que abrem possibilidades de emprego às mulheres estão basicamente no setor de serviços, majoritariamente no mercado informal. Há porém contratação de trabalhadoras para inúmeras atividades no Núcleo Urbano de Carajás, como funcionárias da CVRD sobretudo nos Departamentos de Administração, Recursos Humanos e no Controle de Qualidade. Das empresas sub-contratadas observa-se sua maior presença nas seguintes atividades: limpeza urbana, restaurante industrial, serviços de educação e de saúde.

### Políticas Empresariais e Práticas Diferenciadas no Mercado de Trabalho

A literatura sociológica ilustra de forma abundante as relações entre política empresarial e práticas diferenciadas no mercado de trabalho. Parte-se das observações e comparações sobre as práticas empresariais moduladoras do trabalho e as dimensões políticas da participação dos trabalhadores nos espaços da vida urbana. De forma sintética sublinho alguns aspectos que compõem esse mundo do trabalho:

1. a constituição de mercados diferenciados a partir de indicadores sobre a natureza dos empregos propostos, das modalidades de recrutamento, da escala de salários, da qualificação e da estabilidade;<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> O carro-chefe dos projetos de exploração mineral é o Projeto Ferro Carajas que começou a funcionar em 1985. Trata-se de um complexo industrial que compreende: a mina (extração e beneficiamento do ferro); a estrada de ferro que percorre 890 km cortando o sudeste do Estado do Pará, em direção ao Estado do Maranhão e atravessa este último até sua capital, São Luis; e o porto onde o minério é descarregado no porão de navios cargueiros a fim de ser canalizado ao mercado exterior. Esse complexo se coloca no espaço regional com uma malha de serviços que extrapola o campo da produção. E o caso dos investimentos direcionados a serviços de infra-estrutura urbana e social, no Núcleo Urbano do Carajás, nas vilas residenciais em outras cidades cortadas pela ferrovia (Parauapebas, Marabá e Açailândia, por exemplo), na sua forte presença institucional e financeira em certas secretarias municipais. Constituem-se como rede de apoio que beneficia igualmente ao funcionamento de outros empreendimentos da CVRD situados em espaço contíguo, materializando assim as estratégias de diversificação da empresa, prevista para os anos 80 e que Carajás oportunizaria.

<sup>8</sup> A CVRD associada com a Nippon Amazon Aluminium Company (associação de 30 siderúrgicas japonesas) mantém em Barcarena, próximo de Belém, um dos mais importantes projetos minero-metalúrgico, a Albrás-Alunorte (aluminium). Ainda que exista uma certa similitude com o Projeto Ferro Carajás do ponto de vista de sua concepção como complexo (usina, estrada de ferro, porto e núcleo urbano), ele apresenta diferenças significativas quanto ao modelo de gestão, que se inspira no modelo japonês. Um outro empreendimento que iniciou ao mesmo tempo é o da Alumar (aliança sob a forma de joint venture, formada pela Alcoa dos Estados Unidos e da Billington Metal/Shell) usina de aluminium-alumina, localizada em São Luis e que utiliza como insumo importante a bauxita extraída no Rio Trombetas pela Mineração Rio do Norte, cuja produção começou em 1979.

2. as gestões complementares das empresas, permitindo a combinação de mercado protegido com mercados instáveis (a exemplo da CVRD e das empresas sub-contratadas) em função da precariedade do emprego oferecido por estas últimas. Nesse quadro se situam os contratos entre empresas de setores diferentes como acordos entre empresas do setor mineral, madeireiro ou siderúrgico com as firmas de prestação de serviços (imobiliárias, transporte, alimentação e comércio, entre outros). São estabelecidos ainda vínculos comerciais entre serrarias e usinas de ferro-gusa. Neste caso, os acordos são celebrados objetivando a produção do carvão vegetal, fornecendo as serrarias o refugio de madeira ou produzindo também carvão vegetal em fornos instalados no fundo de seus pátios industriais;
3. os múltiplos movimentos de fixação da população ou de iniciativas de retorno à região de origem são influenciados pela composição desse mercado. A precariedade do emprego e, em conseqüências, a qualidade de vida nos centros urbanos provoca um impacto imediato sobre a rotatividade e as trajetórias dos trabalhadores;
4. a mobilização de trabalhadores em suas estruturas de representação de classe para discutir uma longa agenda que inclui desde condições salariais até às disparidades e desigualdades no mercado de trabalho. Constitui-se um fórum contínuo de avaliação das ações do Estado e das empresas no mundo do emprego. Os operários montam estratégias com outras categorias profissionais, extrapolando alianças com setores inclusive do campesinato e grupos étnicos (no caso, grupos indígenas). Tais alianças contribuíram na formulação de um olhar crítico e de um discurso que se contrapõe às práticas sintonizadas com o sistema de desenvolvimento produtivista e homogeneizador incentivado pelo PGC, visibilizando assim as formas de violência mas também as contradições que a lógica do modelo comporta. O movimento dos trabalhadores contribuiu também na formulação de respostas e de proposições como são provas as atas de reuniões, de congressos e seminários de trabalhadores em toda a região. A dinâmica da fronteira elabora ainda, enquanto espaço em transição, uma correlação de força e de controle de novas relações de poder.

A hierarquização social resultante, em parte das relações de trabalho, ilustra o papel desempenhado pelos programas e os projetos econômicos na regulação do mercado de trabalho na fronteira industrial e, também, o lugar da modernização imposta pelo planejamento.

As formas de segmentação do mercado de trabalho resultam do conjunto dessas mudanças apontadas. A análise que segue é uma comparação dessa segmentação sobre as políticas empresariais. Examinemos dois casos:

- 1a). a CVRD e as empresas sub-contratadas (regime de sub-contratação, cidades de Carajás e Parauapebas)
- 2a). as usinas siderúrgicas de produção de gusa (cidades de Marabá e Açailândia).

A CVRD, enquanto empresa de grande porte, organiza seu coletivo de trabalhadores segundo critérios de competência e de produtividade. Por recrutar mão-de-obra especializada, cria igualmente um quadro funcional incomum ao perfil do mercado regional. Ao oferecer melhores condições de trabalho destaca-se das outras empresas e setores de atividades da região. Avaliação que incorpora também salários indiretos, estabilidade de emprego e possibilidades de construir uma carreira profissional. Todos os trabalhadores da CVRD habitam no núcleo urbano do Carajás, no alto da serra, beneficiam-se de transporte, de habitação, de alimentação no lugar de trabalho, de escola para os filhos, de hospital, de clube e teatro, de viagens aéreas extensiva a todos membros da família com fins de gozar as férias em suas cidades de origem.

As diferenças mais visíveis que marcam o cotidiano dos trabalhadores da CVRD e das empresas sub-contratadas encontram-se no sistema hierárquico definido pelos espaços sociais que aquelas empresas ocupam nas estruturas de poder local. As relações de poder se viabilizam pelas relações sociais a partir da inserção dos indivíduos numa ou em outra empresa, incluindo-os ou excluindo-os de certos espaços. Essa organização atravessa do mundo do trabalho à vida privada onde os mecanismos de inclusão/exclusão se constroem a partir do lugar e da função ocupada por cada um na produção. Distinção que marca o uso dos espaços urbanos, dos serviços sociais e dos equipamentos coletivos acima enumerados. São produzidas assim mediações e distinções nas relações sociais fora do espaço de trabalho, entre os empregados da CVRD e aqueles das empresas sub-contratadas, em função de cada lugar na estrutura do sistema produtivo local e, por via de consequência, de seu lugar de habitação, em Carajás (empregados da CVRD) ou em Parauapebas (empregados de outras empresas sub-contratadas pela CVRD). Mas outra crivagem se estabelece ao interior desse último grupo, de acordo com a inserção do trabalhador em um ou outro tipo de empresa e a reputação dele no mercado. Entram em conta categorias como perfil de qualificação, duração e montante do contrato de prestação de serviço assinado com a CVRD.

A comparação entre tipos de empregos propostos pelas empresas sub-contratadas e pela CVRD visibiliza as novas dimensões da diferenciação no mercado a partir de uma grande empresa. Os trabalhadores das empresas sub-contratadas recebem baixos-salários comparativamente à empresa matriz, estão sujeitos a jornadas maiores, dormem em quartos coletivos de até 8 leitos ou em pequenas casas de madeira em Parauapebas.

A análise das políticas empresariais de recrutamento e de gestão da mão-de-obra, revela as mudanças das relações de poder ao interior desse mercado. As empresas engajadas pela CVRD ou que obtiveram autorização de explorar certos serviços são as que absorvem a maior parte da mão-de-obra regional, se a compararmos com a CVRD. Também elas propõem salários inferiores à estatal. É absolutamente necessário compreender a lógica da relação entre empresa (CVRD) e o mercado de trabalho, seu impacto sobre as trajetórias de certos indivíduos e sobre o processo de hierarquização que reestrutura o espaço urbano.

As empresas do setor de construção civil, sub-contratadas na fase inicial de construção do Projeto Ferro Carajás, contrataram cerca de 28.000 trabalhadores no momento de pic da obra. Quando a CVRD estabilizou a produção e exportação de ferro, em 1988, seu quadro funcional estava em torno de 1855 pessoas distribuídas da seguinte maneira: gerências (0,42%); técnicos (3,93%); supervisão e operários especializados (14,21%); trabalhadores generalistas (72,55%) e estagiários/apredizes (3,93%). Porém a maior parte dos trabalhadores a seu serviço - cerca de 3.000 - estavam engajados nas empresas sub-contratadas. Observou-se, mesmo, uma progressão da sub-contratação - o que não ocorreu com o quadro de funcionários da CVRD -, passando a 4.300 trabalhadores dois anos mais tarde (1990), distribuídos entre 88 empresas de serviços de pequeno e médio porte. Trata-se de uma terciarização que ocorre passo a passo com a industrialização, como parte do processo de recomposição dos sistemas produtivos e descentralização de atividades.

As estratégias de gestão colocadas em prática por empresas de porte maior (CVRD, Eletronorte, Camargo Correa...) prevêm, efetivamente, uma descentralização crescente das atividades. Transferem às empresas sub-contratadas não apenas a execução de serviços ou geração de produtos, mas também as atribuições sobre o controle da produção e da disciplina, do recrutamento e da seleção e sobre os encargos sociais<sup>9</sup>.

O processo de terciarização reforça o caráter provisório e precário do emprego nessa região. Ele reduz o trabalhador, em gama considerável de ocupações, a tarefas polivalentes e flexíveis que dificultam de um lado a construção de trajetórias em direção a uma carreira profissional e de outro, o desenvolvimento da identidade de trabalhador em dado processo de produção. Esse dois efeitos se articulam e se retroalimentam. Observa-se que nas empresas do terciário, a condição de força de trabalho descartável, aprofunda-se.

Existem diferenças significativas entre o recrutamento realizado pela CVRD e o das outras empresas. A primeira tem um Departamento de Recursos Humanos e um serviço de recrutamento e de seleção. Tratando-se de funções mais qualificadas ou de responsabilidade, entre elas as de direção e gerências, o recrutamento realiza-se no mercado especializado, sobretudo em cidades com tradição mineira, a exemplo de Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Itabira e Vitória. A CVRD transferiu dos Estados onde ela atua, número importante de funcionários para ocupar os postos-chave em Carajás com o objetivo de formar um novo coletivo de trabalhadores, em função de critérios próprios. Dados obtidos no seu Departamento de Pessoal mostram que 30% de seus funcionários vem do Estado de Minas Gerais. À exceção do Estado do Pará (13%) e do Estado do Amapá (2%), os demais trabalhadores (55%) provinham, em

---

<sup>9</sup> Ver Castro, Edna - Transformations sociales et marche du travail dans la Région du Programme Grande Carajas. Revue du Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain. CRBC/EHESS/IHEAL. n° 21. 1993.

1988, de estados de fora da Amazônia Legal. Do mesmo modo, as atividades nas usinas de ferro-gusa que demandam formação especializada realizam o recrutamento no mercado externo, seja nas cidades de grande porte, mais próximas - Belém e São Luis - ou ainda nos centros com tradição de trabalho siderúrgico. Para os postos menos valorizados no mercado, a demanda é local.

A política de recrutamento da CVRD define minuciosamente os critérios de seleção de seu pessoal. Os ajustamentos de mercado são importante para o funcionamento das empresas, tendo em vista as fragilidades na qualificação da mão-de-obra, acabando as mesmas por incorporá-la ao conjunto de regras da gestão empresarial. Inclui tanto as competências profissionais como as qualidades pessoais favoráveis a uma boa adaptação do trabalhador ao núcleo urbano do Carajás, onde reina a filosofia da "grande família", sobre a qual repousam os pilares da gestão do trabalho na empresa. Em vários casos os postos de trabalho na gestão empresarial são ocupados por cônjuges dos funcionários da empresa.

### Trabalho, Relações de Poder e Paternalismo

As relações sociais paternalistas têm lugar central no modelo de gestão de mão-de-obra nessa região. O paternalismo empresarial é profundamente marcado pelas estruturas autoriárias presentes no tecido social. Mas encontra-se também de regulação e controle da "cidade operária" da CVRD, Carajás. Encontramo-nos portanto, face a uma modalidade de organização do trabalho que absorve a vida privada e procede através do controle de tempo dedicado ao trabalho mas também dos movimentos nos espaços do cotidiano. É esse o objetivo do crachá, a identificação permanente e absoluta dos movimentos para sair ou entrar nesse espaço urbano. O princípio hierárquico marcado pela ideologia da "grande família" permite à empresa construir relações bastante estreitas entre trabalho e família e de minimizar os conflitos no campo do trabalho. Constatamos que essas estruturas alimentadas por relações paternalistas presentes nas empresas menos modernas como aquelas do setor terciário e as usinas de madeira e siderurgia, persistem também na grande empresa.

O mercado de trabalho constitui um lugar privilegiado à compreensão dessas relações autoritárias. A análise das políticas empresariais de recrutamento e de gestão da mão-de-obra tem revelado como se reproduzem essas formas de mando ao interior desse mercado. Igual a qualquer outro mercado, este é também um lugar de trocas materiais e simbólicas. Nesse sentido, as relações de dominação utilizam-se das características sociais e culturais presentes nos grupos heterogêneos que chegam na fronteira. Eles, não raro, são submetidos a longos processos de dominação construindo uma dinâmica que influencia certamente na gestão e nas formas de exploração do trabalho.

A CVRD é a principal empregadora direta e a que tem maior quantidade de empresas vinculadas sob regime de sub-contratação, o que lhe confere uma situação

favorável frente à sociedade local. Tem o poder de influenciar desde a classe política à empresarial e a preferência dos trabalhadores no mercado de trabalho em função de oferecer condições de emprego estáveis embora para uma parcela reduzida de trabalhadores em relação ao trabalho precário das empresas sub-contratadas.

Apesar de uma estrutura de poder local onde aparecem ainda representantes das oligarquias, cujo poder provém da terra (*fazendeiros, donos de castanhais e de garimpo de ouro e diamante*) e de inserção partidária na classe política, observa-se a formação de lideranças provenientes de velhas e novas estruturas econômicas (*fazendeiros, donos de serrarias, exploradores de garimpos, empresários das indústrias de mineração e siderurgia ou do setor serviços*); outras lideranças têm sido formadas nos processos eleitorais (rede político-partidárias) como tem acontecido com muitos profissionais liberais notadamente médicos, situação bem visível em Açailândia e Marabá. A presença de empresas apoiadas pela máquina política federal também contribui para rearmar o jogo político e as estruturas de poder. Nesse contexto as relações sociais reconstruídas são marcadas pela ética da dominação masculina.

O paternalismo aparece como substrato de uma sociedade onde o domínio das regras tem que aparecer de forma difusa e aí reside a representação de sua legitimação. Na ocasião do III Congresso Municipalista Maranhense, realizado pela Federação dos Municípios do Maranhão/FAMEM (junho/1991), reunindo os prefeitos daquele Estado na cidade de Açailândia para discutir estratégias de desenvolvimento regional, foi assintosa, embora recebida como "natural", a proibição à mulheres de assistirem às sessões plenárias, à exceção das poucas eleitas ao cargo de vereadoras, ali presentes. Essa clivagem de espaços representa uma definição do espaço público com exclusividade masculina, sob formas tão autoritárias que se pensava já banidas do Brasil contemporâneo. Entendemos que tais representações sexuadas constituem elementos singulares no tecido social dessa região onde as fronteiras entre espaços masculinos e femininos, trabalho de homens e de mulheres, trabalho assalariado e doméstico, embora embaçadas pela "naturalização" dos papéis sociais de sexo, denunciam fortemente o grau de tensão das relações de poder, seja no mundo do trabalho ou fora dele.

Ao interior das relações de trabalho pontua-se, como procuramos demonstrar, relações de mando que aparecem desde o recrutamento, a hierarquização das ocupações e dos salários até às formas de exclusão social e de dominação de sexo. Elementos integrados a uma cultura do trabalho e portanto nos modelos de gestão, onde estão presentes desigualdades e formas de exclusão social pela negação de direitos.

### Trabalho, Gênero e Exclusão Social

No recrutamento dos trabalhadores se definem as qualidades requeridas ou adaptadas aos postos de trabalho e às políticas de gestão da empresa. O perfil da

demanda estabelece critérios de idade, sexo, origem e estado civil. Na região do Carajás observa-se o quadro seguinte:

- a) o emprego no mercado formal é bastante reduzido com baixa qualificação nas empresas sub-contratadas (são exemplos os setores: limpeza industrial e urbana, alimentação e serviços na administração empresarial);
- b) No setor informal avolumam-se os pequenos serviços temporários, como vendedoras no mercado ambulante, lavadeiras, faxineiras, cozinheiras ou trabalhadoras da noite (de serventes nas casas noturnas a prostitutas).

Observa-se, portanto, na área do PGC, uma exclusão de mulheres das atividades econômicas socialmente valorizadas. Porém essa exclusão é acompanhada de outro processo, o da ampliação do recrutamento de mulheres em certos ramos já reconhecidos enquanto mercado de trabalho feminino, a exemplo de indústrias do setor alimentar, ou ainda em outros setores com tradição de recrutamento masculino, como a construção civil, que passa a absorver o trabalho de mulheres.

Trata-se de um processo de desenvolvimento desigual que produz concomitantemente também formas de exclusão diferenciadas por sexo. Certamente o econômico reproduz as diferenças de sexo inscritas na cultura da sociedade. Na lógica dos programas de planificação regional, de execução de políticas públicas, subjaz a noção de masculino enquanto regra, reprodução da ordem do trabalho como “neutra”, aparentemente, mas na prática, masculina. Representação na qual o trabalho feminino é residual, exceção, margem, frente ao trabalho “propriamente dito” (masculino). A invisibilidade da noção de divisão sexual do trabalho representa o silêncio, o não dito/pensado. Entretanto, esse negado/ignorado, afirma de certa forma a existência do diverso, do múltiplo, do plural, onde se incluem as diferenciações sociais e de sexo (objetivas/subjetivas) no mercado de trabalho.

Ainda que as práticas sociais denunciem uma lógica de exclusão das mulheres do mercado formal de trabalho, essa problemática não pode ser examinada por mão única na experiência recente de industrialização na Amazônia. A instalação do setor eletroeletrônico em Manaus ou a dinamização das indústrias do setor alimentar em Belém, são exemplos nos anos 70, da elevada demanda de mão-de-obra feminina. Porém, na região do Carajás, os setores dinamizados têm sido tradicionalmente de “trabalho masculino”, registrando uma demanda que se orienta marcadamente ao segmento masculino da população.

Acreditamos que o *approche* econômico sobre o mercado de trabalho não é suficiente para entender essa exclusão como fenômeno socialmente produzido. A simples comparação das atividades de homens e de mulheres é seguramente insuficiente para compreender os fundamentos das diferenças entre práticas masculinas e femininas. É essencial ir mais além e se interrogar sobre o conteúdo de seus trabalhos e o que estes representam na estrutura hierárquica da sociedade. E ainda como essas atividades se articulam e interferem nas dimensões da subjetividade dos sujeitos individuais e coletivos. O que estaria mudando em relação à subjetividade

de atores nessa região de expansão industrial e de convergência de grupos sociais com experiências anteriores tão diversas? Se as modalidades da prática mudam o sentido das práticas, é provável que pela compreensão sobre os novos espaços ocupados pelas mulheres encontremos sinais da emergência de novas práticas e subjetividades. O movimento de mulheres quebraadeiras de coco de babaçu sinaliza essa direção ao se auto-identificar no processo de trabalho e nas formas de luta em defesa do direito de continuar a reproduzir essa atividade produtiva.

Prefiro trabalhar a hipótese que e sobretudo através das lutas políticas que essas mulheres jogam um papel e ocupam um espaço de interlocução mais expressivo no processo de mudanças. É justamente pela recusa à exclusão que elas se tornam visíveis. Inserem-se ao interior do movimento (sindical ou não) pelas suas “identificações” ao trabalho. Observa-se assim, uma lenta consolidação de novas formas de expressão das lutas sociais. A participação das mulheres permite identificar uma inserção tanto pela via do trabalho produtivo como de atividades concernentes à esfera da reprodução. Participação que encontra limites e se torna *enjeu* de tensões em função das estruturas de dominação de sexo, dentro ou fora da família. Denunciam as dificuldades que são impostas ao exercício de práticas políticas, em associações, no sindicato ou em partidos políticos, pelos próprios companheiros, pois o “machismo” passa a ser também objeto de afrontamentos. Para algumas mulheres, a tomada de consciência nas relações de poder no processo de luta, foi a chave de novas descobertas sobre o autoritarismo masculino em relação a elas próprias. Uma consciência de separação de espaços segundo o sexo, de direitos e obrigações, exigindo a gestão desse território de domínios diferenciados de sexo. As experiências de mulheres camponesas tiveram papel importante ao problematizar a relação homem/mulher e interrogar sobre suas influências no desenvolvimento da organização política da sociedade civil. Grupos de mulheres urbanas, como no movimento de professoras, têm afirmado pontos de vista concretos sobre as condições de trabalho mas também refletido sobre a sexuação de suas lutas, descobrindo que mesmo ao lado dos homens nas ações, é necessário denunciar as desigualdades das relações de poder, no jogo político, como mostra também Le Doaré ao examinar os movimentos populares latino-americanos.

Além das ações reivindicativas (escolas, hospitais etc...) a maior parte das lutas nessa região tocam diretamente problemas relacionados ao trabalho. Não é simplesmente o emprego que está em jogo, mas o trabalho, categoria mais ampla que recobre portanto um leque de possibilidades, desde a conquista da terra ou a garantia do crédito agrícola que permita ao pequeno produtor condições de produzir, até ao trabalho assalariada urbano, no mercado formal ou informal. Parece residir aí uma dificuldade teórica importante, que é a de entender a noção de trabalho na Amazônia a partir da noção de trabalho assalariado formulada pela sociedade ocidental (onde se inclui a Sociologia e a Economia do Trabalho), aprisionada a nosso ver, num campo de análise que acaba privilegiando a relação de trabalho nos limites empresariais. Nessa perspectiva, ao se observar uma exclusão das mulheres do mercado

formal do emprego - a partir dos setores mais demandantes de mão-de-obra -, poder-se-ia erroneamente realizar uma outra exclusão, se não fosse observada a intensa participação de segmentos femininos em trabalhos de setores não formalizados, em zonas urbanas e rurais e em atividades domésticas. Sob uma outra perspectiva talvez se possa alcançar a compreensão sobre a subjetividade dessas mulheres polivalentes e como elas vivenciam essas mudanças, suas angústias, medos, prazeres e sofrimentos relacionados com o trabalho e com as lutas cotidianas - individuais ou no coletivo - de trabalhadoras.

### MOVIMENTOS SOCIAIS: EXPRESSÃO E IDENTIDADES NO PROCESSO DE TRABALHO

A atomização das práticas políticas, ao interior do tecido sócio-político, a criação de laços identitários entre diferentes atores e ao mesmo tempo, a adoção de uma nova linguagem na mediação utilizada frente às empresas empregadoras, revelou um lento fortalecimento das estruturas de representação dos trabalhadores de Marabá, Parauapebas, Tucuruí e Açailândia, no sentido de intervir no mercado de trabalho. A dinâmica das relações com as empresas do Estado está no centro dos afrontamentos na região, causados pelas políticas públicas e pelo modelo autoritário de gestão do trabalho conduzido pelas empresas, revela a evolução das reivindicações. O conflito eclodido entre trabalhadores urbanos e rurais e a empresa estatal Eletronorte, que dura mais de 12 anos, relewa a dificuldade de negociação; trabalhadores no Município de Parauapebas lutam contra as decisões tomadas pela Companhia Vale do Rio Doce que lhes afetam diretamente. Tal dinâmica das relações com o Estado e as empresas revela a emergência de novas estratégias por parte dos trabalhadores, cuja base se monta nas alianças com grupos de maior trânsito nos canais políticos institucionais.

O que genericamente vimos chamando de movimentos sociais, neste artigo, emerge de processos os mais variados, de natureza localizada, dentro ou fora dos sindicatos e constituem-se como unidades de mobilização apreciável. Atraem a atenção para demandas sociais relativas ao emprego e às condições de trabalho mas também à esfera da reprodução social. Chamam atenção para os impactos provocados pela implementação de grandes empreendimentos econômicos que agem degradando o território e suas condições de trabalho e de produção. Essas unidades de mobilização tenderam a uma unificação de lutas a nível nacional a partir de condições concretas sobre seus espaços de trabalho ameaçados.

Novas questões foram colocadas à compreensão dessas lutas, sobretudo por emergirem, em boa parte, fora das estruturas organizativas mais antigas, como os sindicatos, as centrais sindicais e os partidos de esquerda. É a própria noção de campo político que está em jogo e que perquire a produção de um conhecimento sobre as práticas cotidianas igualmente politizadas. Foram colocadas em questão as antigas formas de organização política enquanto instrumentos de mobilização de classe.

Exigiu uma revisão radical das organizações, suas capacidades e seus limites para entender a diversidade, as subjetividades nessa diversidade, as identidades, e portanto, os diferentes conteúdos das reivindicações segundo seus atores: associação de bairro, associação de mulheres, coletivo de camponeses atingidos por barragens ou grandes projetos de mineração, movimento negro, grupos indígenas etc. É necessário remarcar que há uma conjuntura política comum a todas essas lutas, que ajuda a construir uma unidade apesar das diferenças.

Tais experiências demonstram uma convergência para o campo de reprodução ou de ampliação das possibilidades de trabalho, seja no mercado formal ou não. Apesar dos impasses os trabalhadores têm conseguido se afirmar enquanto sujeitos face a situações adversas, traduzindo numa visão de conjunto, a complexidade desse agir político. Em função de sua variedade essas lutas têm politizado, no seu desdobramento, diferentes campos do social. O trabalho e as relações com o emprego constituem elementos de articulação desses processos, embora nem sempre articulados ao mercado de trabalho regulado pelo Estado e pelas empresas de maior expressão. As reivindicações e as ações tocadas pelos sindicatos e os movimentos populares contribuíram para alargar os espaços de luta e a definição das especificidades de seus atores, facilitando ainda a transparência sobre as relações de poder difusas no tecido sócio-político.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HALL, A. 1991. *Amazônia: Desenvolvimento para quem? Desmatamento e Conflito social no Programa Grande Carajás*. Zahar Ed. Rio de Janeiro.
- LAUTIER, B. & MARQUES-PEREIRA J. 1993. *Représentations Sociales et Constitution du Marché du Travail*. GREITD. Paris.
- SABEL, C. F. 1985. *Trabajo y política. La division del trabajo en la industria*. M.T.S.S. Madrid.
- KERGOAT, D. 1991. De la Division sexuelle du travail aux rapports sociaux de sexe: continuité ou discontinuité. Réflexion à partir de deux types de mouvements sociaux. In: *Cahiers du GEDISST*, n° 2. IRESO/CNRS.
- CASTRO, E. 1989. Resistência dos atingidos pela Barragem de Tucuruí e construção de identidades. In: *Cadernos NAEA* n° 10. UFPA/NAEA. Belém.
- CASTRO, E. et al. 1989. *Impactos do Projeto Ferro Carajás sobre a mão-de-obra*. (Relatório de Pesquisa). UFPA/NAEA. Belém
- CASTRO, E. et al. 1992. *Exploração Mineral na Amazônia e Transformação nas Relações de Trabalho na área do Programa Grande Carajás* (Relatório de Pesquisa). UFPZ/NAEA. Belém.
- CASTRO, E. 1993. Transformations Sociales et marche du travail dans la region du Programme Grande Carajas. *Revue du Centre de Recherches sur le Bresil Contemporain- CRBC/EHESS/IHEAL*, no. 21, Paris.

- CASTRO, E. & ACEVEDOR. 1993. Amazonia Oriental: Territorialidade e Meio Ambiente. In: L. LAVINAS, L. CARLEIAL, R. NABUCO *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. Anpur/Hucitec. Rio de Janeiro.
- HAKIKI-TALAHITE F. 1987. Activité Feminine et Processus d'individuation dans le tiers monde. In: *Les Rapports Sociaux de Sexe: Problématiques, Méthodologies; Champs d'analyses. Actes de la Table Ronde Internationale*. APRE. Cahiers n. 7. avril/mai.
- LEDOARE H. 1991. Le mouvement populaire en Amérique Latine. Elément d'une réflexion sur la notion de mouvement sociaux sexué. In: *Cahiers du GEDISST*, n° 2. IRESKO/CNRS.
- HIRATA H. 1992. Notes sur les apports d'une problématique en terme de rapports sociaux de classe et de sexe(et/ou de division sociale et sexuelle du travail) à ma recherche. In: *Cahiers du GEDISST* n° 3. IRESKO/GEDISST.
- HIRATA H. & SUGITA K. 1988. Politique paternaliste et division sexuelle du travail: le cas del'industrie japonaise. *Revista Le mouvement Social*, n° 144. Paris.
- FIORI J. 1990. *Sonhos Prussianos Crises Brasileiras. Leitura politica de uma industrialização tardia*. Ensaio FEE. Porto Alegre.
- MAURICE M. 1987. *Réflexions sur les constituants du Marché du Travail*. In: M.E. MARUANI REINAUD Coord. Ed. Alternative/Syros.
- CALLON M., Réseaux technico-économique et irréversibilité. Actes du Séminaire "Contradictions et Dynamiques des Organisations". CRG/ESCP, Paris.
- COSTA T. 1991. Districts industriels et systèmes locaux d'entreprise. In: GUITTON, C., MARUANI, M., REYNAUD, E. Coord. (1991) - *L'emploi en Espagne: Marchés du travail et relations professionnelles*, Paris. Syros/Alternative.